



## **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 1996, NO 14º. ANDAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2336 - BELO HORIZONTE.**

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 15:30 horas, já com existência de quorum, a Secretária Geral do Conselho, Carminha Bomtempo, abre os trabalhos anunciando que a pauta será: 1º - Informes; 2º - Discussão e votação da proposta de orçamento do Fundo Municipal de Saúde para 1997. No 1º ponto da pauta, Carminha inicia passando informes da mesa diretora. Informa que está confirmada a presença no próximo dia 26/09/96, da Senadora Júnia Marise, candidata a prefeita de Belo Horizonte e fala da importância do comparecimento de todos os conselheiros, já que o debate com os candidatos foi deliberação do plenário. Fala de documento da diretoria do Hospital Júlia Kubistchek, no qual é solicitada reunião com o Conselho para esclarecer acusações feitas pelo diretor do SIND-SAÚDE, Valdisnei Honório Alves Silva. Carminha, diz que o documento irá aguardar definições das Câmaras Técnicas de Recursos Humanos e de Controle e Avaliação. Propõe que na próxima reunião ordinária que será realizada no dia 10/10/96, o Conselho discuta a Norma Operacional Básica, NOB/96. Informa da presença no plenário do senhor Fernando Antônio Pereira, representando o Conselho Estadual de Saúde. A senhora Maria do Carmo Leal, da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, informa sobre o Congresso Nacional promovido pela COBAP, que será realizado de 04 a 08/11/96, no mineirinho e solicita a Secretaria Municipal apoio para garantir assistência médica aos participantes do evento. Carminha faz a leitura de carta da FAP ao Conselho, solicitando apoio ao Congresso. Dr. César Campos, Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho, compromete-se a através do D.S. Pampulha, garantir a assistência solicitada. O conselheiro Jader, coordenador da C.T. de Financiamento, Controle e Avaliação, fala que, no seu entendimento, o comparecimento do Diretor do HJK deve ser assegurado, não dependendo de discussão nas Câmaras Técnicas. Carminha, propõe então que o



diretor do HJK, Paulo César Pinho e o diretor do SIND-SAÚDE, Valdisnei Honório sejam convocados. O conselheiro Luis, diz que, na sua opinião, dependendo do assunto a ser discutido a pauta ficará muito extensa. Carminha, informa que além da discussão sobre a NOB, só a questão do HJK está pautada. O conselheiro Eucério, discorda de que a discussão não seja feita nas Câmaras Técnicas e fala que sobre a convocação do diretor do HJK, ele já se prontificou a comparecer ao Conselho. Jader, esclarece que não está propondo que o diretor do Júlia seja convocado e sim que seja atendida sua solicitação feita através de Ofício, para comparecer ao Conselho. Carminha, faz um relato dos fatos lembrando que o SIND-SAÚDE encaminhou documento ao Conselho e posteriormente Dr. Paulo César, diretor do Júlia, solicitou espaço para esclarecer as denúncias encaminhadas pelo Sindicato. Mantém que é importante as Câmaras Técnicas discutirem antes da discussão em plenário dia 12/12/96. O conselheiro licenciado, Boaventura Mendes, informa sobre manifestação dos trabalhadores sem-casa que ocorrerá neste dia 13/09/96, na praça Sete. Fala da questão da Santa Casa e propõe que a direção do Hospital seja convocada ao Conselho para prestar esclarecimentos sobre mudanças que no seu entendimento, significam a privatização da Santa Casa. Denuncia que existem muitos trabalhadores daquele hospital que estão lesionados pelas más condições de trabalho. O conselheiro Paulo César, questiona a convocação da direção da Santa Casa e Carminha esclarece que a mesa diretora irá discutir a questão antes de convocar. No 2º ponto da pauta: Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para 1997, o assessor do Gabinete, Nilo Bretas, faz a exposição utilizando transparências e esclarece que a proposta orçamentária foi elaborada em conjunto com todos os Distritos Sanitários e Unidades Gestoras da Secretaria. O 1º quadro refere-se à receita orçada e apresenta valores mensal e anual, pôr fonte. O total da receita orçada para o ano de 1997 é no valor de R\$ 379.203.738,00. O 2º quadro contém o mesmo valor, discriminando a destinação dos recursos de cada fonte. O 3º quadro é a demonstração gráfica dos anteriores. O 4º quadro é o orçamento/programa, apresentado em termos percentuais com a receita e destinação dos recursos. O 5º e 6º quadros são também gráficos. O quadro seguinte apresenta a consolidação da proposta para 1997, discriminando os valores. Os mesmos dados vêm a seguir em um quadro gráfico. O quadro seguinte discrimina os tipos de despesas divididos em despesas correntes e de capital. Os mesmos dados são em seguida apresentados em dois quadros gráficos. Terminada a exposição,

Carminha, solicita que o conselheiro Jader Campomizzi, coordenador da Câmara Técnica de Financiamento apresente o parecer da C.T. Jader, fala que a Câmara Técnica recomenda a aprovação da proposta orçamentária, mas tem vários questionamentos a fazer. A 1º questão é uma redução do orçamento em relação a 1996. 2º questão, não há previsão de aumento de remuneração do pessoal. 3º, de 1996 para 1997, não há sobra de caixa, não ficando resíduos. 4º questão, os recursos destinados ao hospital municipal Odilon Behrens são insuficientes para sua manutenção. Jader, comenta que o orçamento não foi feito da forma participativa, conforme Resolução já aprovada pelo Conselho. Avalia que orçamento avança quando descentraliza e comenta que o setor privado e filantrópico prevê enormes dificuldades pela proposta de orçamento. Fala que há redução apesar de estar incluída a previsão de um aumento de 40% no valor do repasse da União. Informa que foram discutidos na Câmara Técnica, vários cenários possíveis caso não haja o aumento de 40%, caso os rendimentos de capital não sejam os previstos ou caso haja reajuste de salários e a questão do HOB que é preocupante. Defende que no 1º semestre de 97 já se inicie a discussão do orçamento 98. Aberta a palavra ao plenário para esclarecimentos, a conselheira Rosalina pergunta sobre as razões da inclusão da SUDECAP no orçamento e onde estariam incluídos os recursos destinados ao cumprimento de deliberação da V Conferência referente ao concurso público para progressiva redução da contratação terceirizada. O conselheiro Rogério, pergunta quanto, em percentuais, representa o repasse do Tesouro Municipal mês a mês e reforça os questionamentos levantados pela Câmara Técnica. Carminha, pergunta sobre os recursos para cobrir as despesas da Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde e se seria possível utilizar estes recursos sem burocracia. Pergunta também o que são “outras transferências a pessoas”, um dos itens do orçamento. A conselheira Inês, diz que a lei do SUS prevê que sejam destinados recursos para saneamento e pergunta onde esta questão está contemplada. Propõe que o orçamento seja enviado aos Conselhos Distritais em tempo hábil para ser por estes apreciado antes da votação pelo Conselho Municipal de Saúde. Nilo, esclarece que o orçamento realmente é só um cenário e é flexível abrindo possibilidade de gastos, o que significa que uma verba destacada para uma determinada despesa pode ser remanejada caso aquela despesa não seja executada. Confirma que há redução no orçamento e explica que ela se dará pela previsão de queda na arrecadação, o que

caso não ocorra poderá ser suplementado. Diz que não há previsão de contratações porque a Secretaria trabalha com a expectativa de fazer todas as contratações ainda este ano. Sobre o HOB, diz que o hospital tem outras fontes de arrecadação, citando como exemplo, a fatura própria do hospital. Sobre o orçamento participativo, diz que só houve um OP setorial que foi o de 1995 e que deve ser pensada uma forma de fazê-lo para o ano de 1998. Sugere que desde o início do ano a Câmara Técnica já comece a discutir o orçamento. Esclarece que quanto à verba destacada para a SUDECAP, destina-se a execução de obras e é feita a abertura de transferência de recursos, mas tudo passa por autorização da Secretaria. Lembra que várias obras do Orçamento Participativo são executadas pela SUDECAP. Sobre previsão de recursos para substituição dos terceirizados por pessoal próprio, diz que não há mecanismo de previsão e no orçamento não há separação dos recursos para pagamento de pessoal próprio dos terceirizados, devendo o Conselho acompanhar para que a deliberação da V Conferência seja cumprida. Fala que o percentual previsto para o FMS de receita oriunda do Tesouro Municipal, é de 10% e que existe pareceres, inclusive do Tribunal de Contas da União, de que recursos da Seguridade não podem ser gastos com Saneamento. O diretor do departamento financeiro, Maurício Albino, esclarece que transferência a pessoas é uma abertura para doações como cadeiras de rodas e outras feitas diretamente ao indivíduo. Sobre a abertura para o custeio do Conselho Municipal de Saúde, fala que estão destinados recursos no montante de R\$ 178.777,00, que podem ser gastos com material de consumo, pessoal, serviços e encargos e material permanente. Diz que a preocupação técnica é ter abertura para que sejam possíveis mudanças caso a previsão de arrecadação se altere. As despesas rotineiras do Conselho acabam incluídas no orçamento geral do nível central da Secretaria e esta abertura é para despesas mais específicas que o Conselho necessitar. Dr. César fala que o percentual do orçamento da Prefeitura é de 10% ou mais e a técnica do departamento de finanças, Elizete explica que o ROT (Recursos Ordinários do Tesouro) deve custear despesas de pessoal e de capital e mais em torno de três milhões para obras, o que eleva o percentual a mais 10%. O conselheiro José Osvaldo, pergunta sobre a diferença entre os valores reservados para o hospital Júlia Kubitschek no orçamento de 1996 e os incluídos na proposta para 1997 e pede que seja informado qual o investimento previsto para o HJK. O conselheiro Fausto Isac, questiona que a proposta de Orçamento só tenha sido entregue durante a reunião, não

havendo tempo para uma análise mais profunda. Pergunta por que havendo a previsão de aumento em 40% dos repasses da semiplena o orçamento para 97 é no geral menor do que o de 96. Pergunta por que houve redução de 11% dos recursos para a regional Barreiro enquanto todas as outras tiveram aumentados os recursos. Pede esclarecimento também sobre o item 32.31, subvenção social, e pergunta qual o orçamento total previsto para a Prefeitura. O conselheiro Antônio Gomes, comenta sobre o HOB e diz que os recursos da regional Nordeste também foram reduzidos em 10% enquanto as despesas deverão aumentar. Elizete, esclarece que a previsão para o HJK é praticamente a mesma e a redução é em função da receita, fala ainda que em fevereiro os gastos não executados em Janeiro são diminuídos e assim sucessivamente a cada mês. Nilo, explica que o orçamento é elaborado a nível dos distritos sem preocupação com a receita e ao chegar no nível central é consolidado já compatibilizado à receita e os valores interpretados como redução ao ano de 1996 na verdade são a compatibilização entre o que foi proposto nas regionais e o que efetivamente pode ser orçado em função da previsão de receita. Elizete, dá outras informações sobre os critérios de elaboração do orçamento. Nilo, complementa informando que os valores da 1º coluna do orçamento apresentado é que estão sendo submetidos a aprovação do Conselho. Sobre a subvenção social, Maurício Albino, esclarece que quando a atividade pública é executada por um agente privado, a despesa é paga como subvenção social, cita exemplo do Convênio com a Santa Casa. O conselheiro Ivan, fala que aprova a planilha apresentada, mas registra que o orçamentário do HOB é insuficiente e o pleito orçamentário é bem superior ao que está incluído, tendo que ser discutida uma suplementação ou remanejamento de recursos não executados em outros setores para cobrir as necessidades do hospital. O conselheiro Bonifácio, questiona o tempo curto para apreciação e diz que a Câmara Técnica de Financiamento levantou várias questões e recomendou a aprovação do orçamento sem esclarecer porquê o plenário deve aprovar. Pede esclarecimentos sobre se os recursos para repasse ao Hospital das Clínicas estão orçados entre os destinados à regional Centro-Sul ou ao nível central. Maurício Albino, informa que estão no nível central. O conselheiro Fausto, volta a questionar o fato de o orçamento estar menor do que o de 1996, apesar da previsão de um aumento de 40% no repasse da semiplena. Elizete, esclarece que no orçamento de 1996 já incluía a previsão do aumento de 40% da semiplena, que não ocorreu em 96, sendo essa a diferença. O

conselheiro Boaventura questiona pontos do orçamento e defende que o parecer da Câmara Técnica seja apresentado por escrito. Propõe que o plenário não vote o orçamento, aguardando maiores esclarecimentos sobre as dúvidas levantadas. Maurício Albino, fala que caso haja realização de receita acima do previsto, existe abertura no orçamento e que uma superestimativa de receita poderia ser ilusória. Diz que caso haja sobra será incluída automaticamente no orçamento seguinte. Jader esclarece que o parecer da Câmara Técnica está escrito em ata e justifica a recomendação para que o plenário aprove. 1º - O orçamento cumpre a deliberação do Conselho de incluir 10% do ROT; 2º - há um avanço na descentralização; 3º - o orçamento é um exercício de planejamento permitindo o remanejamento de recursos conforme as necessidades; 4º - o Conselho quando aprovou o decreto que previa o repasse de 10% obteve o compromisso do Prefeito de que havendo insuficiência de recursos o município iria suplementá-los, para que não haja prejuízo ao setor saúde, sendo essa uma questão política, ressalva apenas o fato de o orçamento não ter sido feito de forma participativa o que não mudaria a realidade conjuntural da escassez de recursos. Fala que esta posição foi unânime na Câmara Técnica. Carminha, esclarece ao conselheiro Boaventura que não há prazo legal para adiar a votação porque o orçamento terá que ser encaminhado até 30 de Setembro, sob pena de prevalecer o mesmo orçamento de 1996. Propõe o seguinte encaminhamento: Que seja votado o orçamento de 97 ficando a secretaria obrigada a preparar o de 1998 para ser discutido no Conselho a partir de maio do próximo ano. O conselheiro Boaventura, mantém a proposta de não votação. O conselheiro Eucério, pergunta qual o valor do orçamento de 1996 e explica que é importante considerando a informação dada pela Carminha de que caso não seja aprovada a proposta para 1997 prevalece o orçamento de 1996. Elizete, esclarece que o plano de aplicação do FMS é inserido no orçamento do município que tem até o dia 30/09/96, para encaminhá-lo a Câmara, portanto, o prazo da Secretaria para entrega a Prefeitura é até o dia 26/09/96. Quanto ao orçamento de 1996, informa que foi de R\$ 383.284.997,00, corrigidos a preços de Janeiro. Maurício, esclarece que o que está sendo tratado como orçamento é na verdade, o plano de aplicação do Fundo Municipal de Saúde, já que só o município tem orçamento e a Prefeitura é que envia para a Câmara Municipal. Carminha pergunta sobre o valor do orçamento da Prefeitura e Elizete informa que a previsão está em torno de setecentos e vinte milhões de reais. Dados todos os esclarecimentos,



Carminha Bomtempo, coloca em votação a proposta de que não seja votado o orçamento, considerando como proposta, 1 - Votar; 2 - adiar a votação. Feita a chamada nominal dos conselheiros, a proposta 1 foi vencedora pôr 15 (quinze) votos, contra 02 (dois), ficando definido que a seguir seria feita a votação da proposta de orçamento ou plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde. Feita a votação nominal, a proposta de orçamento foi aprovada com 15 (quinze) votos favoráveis e 02 (dois) contrários. Carminha pergunta se existe alguém contrário a proposta de que o Conselho inicie na reunião ordinária de maio/97 a discussão do orçamento para 1998. Em não havendo posição contrária a proposta foi aprovada por consenso. O conselheiro Fausto, solicita que a Secretaria antecipe as informações inclusive com dados comparativos entre a proposta para 1998 e o orçamento para 1997. Carminha, lembra que em maio será o início da discussão, com prazo até setembro para votar. O conselheiro Jader, informa que as reuniões da Câmara Técnica de Financiamento, Controle e Avaliação são realizadas todas as terças-feiras às 16:00 horas, no 13º andar da Secretaria e conclama aos conselheiros para que participem. Carminha, fala que todos os conselheiros devem participar das Câmaras Técnicas. Às 17:40 horas, nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho e pela Secretária Geral.

Belo Horizonte, 24 de Setembro de 1996.

RFF/vld